

POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: APONTAMENTOS SOBRE A EXPERIÊNCIA CUBANA

SOCIAL POLICY IN LATIN AMERICA: NOTES ON THE CUBAN EXPERIENCE

POLÍTICA SOCIAL EN LATINOAMÉRICA: APUNTES SOBRE LA EXPERIENCIA
CUBANA

Fernando Henrique Brasil

Aluno de Pós-Graduação em Serviço Social (UNINTER)

Solange Maria Pimentel

Assistente Social (Faculdades Integradas Espírita), mestre em Tecnologia e Trabalho (UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná), orientadora de TCC do Grupo UNITER.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre a política social em Cuba, focalizando sua atenção para as primeiras décadas posteriores a histórica revolução de 1959. Através da bibliografia pesquisada, busca compreender a formação e as principais características de um sistema de proteção social em um país que se notabilizou pela luta política e ideológica na construção de um projeto societário singular entre os países latino-americanos durante o século XX, direcionado à construção de uma sociedade socialista. Sendo assim, sua proposta central é a de investigar a trajetória da construção e desenvolvimento das principais políticas sociais implementadas pelo Estado cubano ao longo das últimas décadas, destacando o papel das áreas que foram consideradas os eixos centrais desse processo, a saber: a educação, a saúde e o emprego. Esperamos que ao final possam surgir reflexões e apontamentos que venham a contribuir para a ampliação do debate sobre o tema proposto.

Palavras-chave: Cuba; Política social; Proteção social

ABSTRACT

This paper aims to carry out an analysis of social policy in Cuba, focusing its attention on the first decades after the historic revolution of 1959. Through the researched bibliography, it seeks to understand the formation and the main characteristics of a social protection system in a country that was notable for the political and ideological struggle in the construction of a unique societal project among the Latin American countries during the twentieth century, directed to the building of a socialist society. Thus, its main proposal is to investigate the trajectory of the construction and development of the main social policies implemented by the Cuban State over the last decades, highlighting the role of the areas that were considered the central axes of this process, namely: education, health and employment. We hope that at the end reflections and notes that may contribute to the broadening of the debate on the subject may emerge.

Keywords: Cuba; Social policy; Social protection.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo hacer un análisis sobre la política social en Cuba, centrando la atención sobre las primeras décadas posteriores a la histórica revolución de 1959. Por medio de revisión bibliográfica, trata de comprender la formación y las principales características de un sistema de protección social, en un país que se destacó por la lucha política e ideológica, en la construcción de un proyecto societario singular entre los países latinoamericanos durante el siglo XX, orientado a la construcción de una sociedad socialista. Así, su propósito central es el de estudiar la trayectoria de la construcción y desarrollo de las principales políticas sociales puestas en práctica por el Estado Cubano a lo largo de las últimas décadas, destacando el rol de las

áreas consideradas como eixos centrais de esse processo: a educação, a saúde e o emprego. Lo hacemos esperando generar reflexiones y apuntes que puedan contribuir para la ampliación del debate sobre el tema propuesto.

Palabras-clave: Cuba; Política social; Protección social.

INTRODUÇÃO

A formação dos primeiros sistemas de proteção social nos remete aos primórdios do processo de industrialização nas emergentes sociedades capitalistas da Europa no final do século XIX, em especial na França e Inglaterra. A eminente massa de operários urbanos, oriundos da migração da população campesina em busca de melhores condições de vida após o processo de expropriação de suas terras, acabou gerando um fenômeno de empobrecimento e miserabilidade das incipientes classes trabalhadoras. Estas passaram a se organizar e mobilizar em torno de sindicatos e partidos proletários, reivindicando seus direitos através da implementação de políticas sociais por parte do Estado, que garantissem melhores condições de trabalho e assegurassem os direitos fundamentais básicos para suas famílias.

Na América Latina e Caribe, tendo em vista o caráter de colônias de exploração de muitos países, a formação de sistemas de proteção social foi mais tardia, remetendo a meados do século XX, o que determinou o atraso do processo de desenvolvimento de políticas sociais na região e acabou gerando diferentes trajetórias e diferentes análises conceituais sobre o tema na região.

De modo geral, diversos autores concordam que a trajetória da proteção social na América Latina está relacionada com diferentes modelos de desenvolvimento que foram historicamente implantados na região. Filgueira, em trabalho recente, identifica quatro grandes períodos que sinalizam diferentes características de atuação do Estado Social na América Latina e Caribe, vinculados a distintas etapas do desenvolvimento latino-americano: o Estado Social minimalista do período primário exportador (1870-1930); o Estado Social de base contributiva durante o modelo de substituição de importações (1930-1980); a inflexão rumo ao Estado Social refratário e à incorporação do mercado na área social, própria da era neoliberal (1980-2000); e o Estado Social renovado dos anos 2000, que combinaria critérios de necessidade, contribuição e cidadania inseridos num modelo aberto e de orientação exportadora (SILVA; VIANA; FONSECA, 2016, p.3).

Assim, a formação dos sistemas de proteção social na América Latina pode ser entendida como processos complexos e dispersos cronologicamente, relacionados desde

a sua origem não somente com a questão social, mas também ao contexto político e econômico assumido pelos governos em determinado período histórico.

Este artigo tem como base o método bibliográfico de pesquisa e debruça a sua atenção sobre a experiência cubana no sentido da formação de um sistema de proteção social que começa a emergir com vigor após a revolução de 1959. Esse sistema tem como singularidade o fato de estar inserido no contexto de um projeto societário que se propôs rumar em direção à construção de uma sociedade socialista; possui algumas características próprias desse modelo de desenvolvimento político-econômico, que podem ser observadas e analisadas através das estratégias e ações por parte do Estado no que diz respeito à elaboração e execução das políticas sociais e tendo em vista o contexto histórico e social em que são implementadas.

POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO CUBANO PRÉ E PÓS- REVOLUÇÃO

A histórica revolução cubana foi um movimento armado e guerrilheiro, liderado e personificado nas figuras de Fidel Castro Ruz e Ernesto “Che” Guevara. Guiados pelo ideário do herói da independência cubana José Martí e organizados através do Movimento 26 de Julho (M-26-7), ascendeu ao poder em 1959 e teve como marco a queda do ex-presidente e ditador Fulgencio Batista que, segundo seus opositores, governava a ilha de acordo com os interesses de grupos da elite política e empresarial estadunidense estabelecida em Cuba. Essa elite estava representada à época por latifundiários, donos de indústrias e grandes comerciantes, cujos negócios estavam ligados principalmente à exploração de matérias-primas como a cana-de-açúcar e o tabaco. Tal relação era marcada, portanto, pelo favorecimento de interesses, pela corrupção e pelos inúmeros privilégios em diversas esferas do Estado, não só nos negócios ligados aos setores produtivos, como a agroexportação, mas também em diferentes tipos de segmentos ilícitos, como os jogos de azar, prostituição e o comércio ilegal de drogas e armas.

Conforme destaca Rita Castiñeiras Garcia (2012), a questão social em Cuba no período anterior à revolução era temerária e caracterizada por um processo de pobreza generalizada, que se alastrava por todo o tecido social. Os direitos e benefícios sociais não eram destinados àqueles que realmente necessitavam e grande parte da população não

estava empregada, sendo que aqueles que tinham empregos, em sua maioria, recebiam salários abaixo do mínimo vigente.

No manifesto escrito por Fidel Castro e intitulado “*La historia me absolverá*” pode-se fazer um retrato da questão social na ilha:

[...] cerca de 85% dos agricultores pagam aluguel e vivem a ameaça de desocupação de suas frações; mais de 50% das melhores terras de produção estão em mãos estrangeiras; Cuba é exportadora de matérias-primas e importadora de produtos manufaturados; 200 mil famílias vivem em cabanas e barracos; 400 mil famílias da cidade e do campo vivem amontoadas em barracões e cortiços; 200 mil pessoas pagam aluguéis que absorvem entre 1/5 e 1/3 de seus rendimentos; 2.800.000 pessoas necessitam de luz elétrica; não existe a educação técnica; menos da metade das crianças na área rural frequentam a escola; 90% das crianças camponesas estão tomadas por parasitas; é difícil o acesso aos hospitais públicos, somente mediante a recomendação de algum político [...] (CASTRO, 1973, p.43-46 apud GUTIÉRREZ; BARROSO, 2016, p.180, tradução nossa).

Ainda segundo Garcia (2012), a seguridade social era insuficiente e atingia somente 50% dos trabalhadores. A previdência social era caracterizada por fundos de pensão marcados pela lentidão, corrupção e burocracia. A assistência social poderia ser considerada como inexistente, pois nem mesmo se garantia a atenção médica aos trabalhadores e suas famílias, em casos de acidentes e doenças. Nesse mesmo sentido, a ausência de um sistema público de saúde fazia com que doenças tratáveis se tornassem a causa de muitas mortes que poderiam ser evitadas com a devida assistência. A esses fatores somava-se também a questão dos menos favorecidos e vulneráveis, como as pessoas com determinado tipo de deficiência, crianças e idosos, que eram também desprotegidos do ponto de vista de um sistema de proteção social que era ineficiente e em grande medida omissivo ou mesmo ausente.

Para Mariléia Goin (2016) o triunfo do movimento gerou uma série de mudanças radicais no aspecto político-econômico e social do país, assim como nas concepções e estratégias de governabilidade do então nascente Estado revolucionário. Conforme apontam Álvarez e Betsy (2009), as principais bases da estratégia do Estado cubano pós-revolução foram o papel ativo das políticas sociais e a transformação do regime de propriedade.

[...] medidas como a intervenção de propriedades do tirano Fulgêncio Batista e seus cúmplices (Intervenção dos Bens Desviados), a Reforma Agrária, a nacionalização ou expropriação das propriedades de capital estrangeiro e nacional, permitiram a criação de um setor estatal, tanto da indústria como da agricultura. (GUILARTE; PANELAS; PADRÓN, 2016, p. 86, tradução nossa).

A expropriação dos grandes latifúndios, pertencentes em sua maioria a companhias norte-americanas como a *United Fruit Company* (empresa voltada à exportação de frutas tropicais e conhecida por seu grande poder político em toda América Central), foi determinante para o processo de transformação social proposto pelo movimento revolucionário. A centralidade do novo modelo de propriedade foi notória, pois acreditava-se que uma possível mudança política radical da estrutura social só conseguiria êxito através de uma profunda reforma agrária.

A importância conferida ao processo agrário fica mais evidente ao passo que a primeira fase ou etapa da revolução ficou conhecida como *democrática-popular, agrária e anti-imperialista*, marcada pelo amplo apoio popular e pela elaboração de leis agrárias que determinavam a nacionalização e estatização de terras e a consequente redistribuição das mesmas para famílias camponesas, sendo estimulada a criação de cooperativas agrícolas estatais, as chamadas *Granjas Del Pueblo*.

Esse novo modelo de propriedade e posse da terra foi fundamental para a reorganização estrutural da produção agrícola no país. Estima-se que cerca de 10 mil novas propriedades foram criadas nesse período. A mão-de-obra nas cooperativas era assalariada e as famílias tinham acesso e podiam usufruir de maneira gratuita dos direitos sociais básicos, como moradia, saúde e educação. Com o fim do poder político e econômico das grandes companhias estrangeiras na ilha caribenha, Cuba não era apenas mais uma das “repúblicas das bananas”, termo pejorativo utilizado para caracterizar alguns países exportadores na América Latina e Caribe durante o início do século XX.

Em relação ao desenvolvimento das primeiras políticas sociais pós-revolução, o Estado cubano priorizou e fez valer os princípios constitucionais da justiça social e da equidade, deixando evidente o caráter humanista e universalista da revolução. Assim, o conjunto das políticas sociais deveriam ser “[...] dirigidas à busca de justiça e igualdade social através de estratégias estatais cujo objetivo fundamental é elevar o nível e a qualidade de vida do povo” (HERNANDÉS MARÍN, apud GOIN, 2016, p.155).

Para Garcia (2012), o incipiente modelo de proteção social se consolidava através de políticas sociais inter-relacionadas que contavam com ampla participação das massas e tinham como foco os problemas sociais e o melhoramento das condições de vida e bem-

estar material da população, assim como “a transformação dos valores, dos comportamentos e das relações sociais” (GARCIA, 2012, p.258, tradução nossa).

A atenção aos problemas sociais teve uma alta prioridade desde o início das transformações ocorridas a partir do triunfo da revolução, ao assumir centralmente o Estado a responsabilidade de formular e executar a política de desenvolvimento social que, ao atuar em conjunto com as ações no campo econômico, modificara radicalmente as condições em que vivia a maior parte da população. (GARCIA, 2012, p. 258, tradução nossa).

Passaram então a ser elaborados uma série de medidas e programas sociais, acompanhados e avaliados de maneira contínua e sistemática, que buscaram conciliar os aspectos da política econômica e social, caracterizados por uma intensa relação entre os seus elaboradores e os seus executores, o que gerou grande apoio e participação dos movimentos e organizações sociais, assim como das próprias famílias nesse processo.

Tendo em vista as inúmeras expressões da questão social em Cuba à época, determinadas políticas sociais foram consideradas de alta prioridade, recebendo maior atenção por parte do Estado e foram, juntamente com o processo de transformação do regime de propriedade e da reforma agrária, tidas como fundamentais para o projeto de mudança social em curso. Foram elas as políticas relacionadas à educação, à saúde e ao emprego. Segundo Maria Auxiliadora César (2004) essas três áreas são consideradas o pilar ou a pedra angular do processo de implementação das políticas sociais no Estado cubano pós-revolução e foco de atenção especial neste estudo, tendo em vista

[...] suas inter-relações com os programas de outras áreas, tais como a cultura, moradia, seguridade social, legislação. O destaque dos três setores mencionados deve-se à importância que assumem no contexto cubano pós-revolução para alcançar o objetivo de transformação do homem que, ao desenvolver suas potencialidades pode ter acesso aos bens e serviços ofertados (CÉSAR, 2004, p. 44).

Contudo, o projeto de desenvolvimento socialista não limitou sua atuação apenas a essas três áreas consideradas os eixos centrais deste processo. Pode-se afirmar que, desde o período inicial da revolução, implementou-se uma estratégia ampla e integral em relação às políticas sociais que buscaram oferecer de maneira igualitária serviços e benefícios sociais no âmbito nacional, potencializando sua eficácia através da focalização e seletividade aos segmentos sociais mais vulneráveis.

De maneira geral, podemos dizer que as políticas sociais tiveram como principal objetivo minimizar a profunda desigualdade social em que se encontrava a ilha e para tanto

era necessária uma diversificação de planos de ações e estratégias desenvolvidas através de um novo desenho institucional e que tivessem como principal desafio “[...] o enfrentamento integral do subdesenvolvimento e a eliminação de suas consequências sociais, só superáveis se houvesse mudanças estruturais de grande envergadura” (CÉSAR, 2004, p.45).

Educação

A educação, como citado, foi elegida como um dos pilares para a construção de um novo modelo de sociedade em Cuba, sendo o setor que mais recebeu investimentos em programas e serviços sociais nas primeiras décadas pós-revolução. Sua centralidade no projeto revolucionário se deu pelo fato de ser considerada como o principal setor capaz de servir como uma espécie de “alavanca” para impulsionar o desenvolvimento de outras esferas sociais. O aprimoramento do capital humano foi tido como uma prioridade para “avançar no plano econômico e alcançar aceleradamente um desenvolvimento social sem precedentes” (GARCIA, 2012, p.274).

Afim de mudar radicalmente a precária situação da educação no país, implantou-se gradativamente uma série de políticas sociais que tinham como objetivo principal a formação e qualificação de futuros cidadãos capacitados e que pudessem atuar como agentes ativos em outras áreas e projetos sociais.

Dentre as ações do Governo Revolucionário para garantir o acesso à educação em todos os níveis, a todos os cidadãos, em todas as regiões do país e a todos os setores sociais de todas as idades, encontram-se: a reorganização do Ministério da Educação (MINED); a conversão de todos os quartéis em escolas; a nacionalização de todas as escolas privadas; a Campanha Nacional de Alfabetização; o plano nacional de bolsas de estudos; o início da educação sistemática de adultos; a formação acelerada de professores e a reforma universitária (RODRÍGUEZ, 1990, apud, CÉSAR, 2004, p.49).

Podemos destacar, entre as principais ações realizadas, a Campanha Nacional de Alfabetização que, contando com amplo apoio das massas, se estima que conseguiu alfabetizar cerca de 700 mil cidadãos. No início dos anos 1960, Cuba contava com quase um milhão de analfabetos, o que levou em 1961 à criação da Lei de Nacionalização do Ensino, que definiu a educação como um dever do Estado e garantiu o acesso universal e gratuito ao ensino.

Como já mencionado, comparado com outros setores, “[...] o da educação foi o que recebeu mais investimentos em programas e serviços entre os diversos campos que formam o complexo da política social” (CÉSAR, 2004, p. 49). As inúmeras medidas e programas buscaram ser complementares entre si, tinham objetivos em comum e visavam sempre o desenvolvimento de alternativas criativas e participativas afim de modificar a questão social relacionada à educação. Garantiam a continuidade de estudos para toda a população através da formação integral das crianças e jovens, assim como buscavam proporcionar a qualificação e estabilidade dos profissionais docentes e fornecer as condições materiais de infraestrutura necessárias para o melhoramento dos serviços na área, tendo em vista que “em todos os níveis está presente o conceito integral da proposta formativa, produtiva e social, combinando estudo e trabalho” (CÉSAR, 2004, p.50).

Assim, sob o lema difundido por José Martí, fundador do PRC (Partido Revolucionário Cubano), que proclamava a máxima de que “se sabe, ensina; se não sabe, aprende”, o Estado cubano declarou em 22 de dezembro de 1961 a erradicação do analfabetismo naquele país.

Saúde

No campo da saúde, o governo revolucionário, assim como em todos os setores da política social, buscou garantir o direito ao acesso universal e gratuito sob a base de um sistema estatal e integral. A seletividade do atendimento e a participação popular foram igualmente decisivas para o projeto revolucionário, como no caso da criação de organizações populares como a FMC (Federação das Mulheres Cubanas), que tinha em um primeiro momento o papel de conscientização das mulheres camponesas sobre questões relacionadas com a saúde familiar e preventiva e, posteriormente, para a mobilização em torno da luta política, com o objetivo de que as mesmas pudessem se tornar agentes ativas dos programas sociais em curso.

Em 1961 foi criado o Ministério da Saúde Pública, o qual buscou investir na formação técnica de profissionais e no desenvolvimento científico e tecnológico. Em 1969 surge o Sistema Nacional de Saúde, que foi gradativamente incorporando ao caráter estatal todas as instituições privadas e promovendo “[...] uma mudança do enfoque curativo do atendimento médico ao preventivo” (CÉSAR, 2004, p.51).

O processo de reforma sanitária passou pelo rebaixamento dos preços dos medicamentos, pela criação de hospitais, postos médicos em áreas rurais e pela formação de brigadas sanitárias, os chamados “exércitos de jalecos brancos”, que realizavam trabalhos preventivos e educacionais nas comunidades por todo o território.

Com o Estado assumindo a responsabilidade exclusiva da saúde, nas primeiras décadas pós-revolução as políticas sociais proporcionaram um “incremento da eficiência, da efetividade, da qualidade e da sustentabilidade [...]” (CÉSAR, 2004, p.52). Desta forma, em um curto período foram atingidos alguns marcos importantes como a erradicação de doenças com altas taxas de mortalidade, assim como a diminuição da mortalidade infantil, que passou a ser a menor na América Latina.

[...] “desde os anos 1960, começaram a ser aplicadas políticas para o desenvolvimento científico, com a criação de institutos onde se combinavam atendimento médico e pesquisas e se desenvolvia a produção de vacinas, bem como de outros produtos, instrumentos e medicamentos de tecnologia de ponta para o diagnóstico e tratamento de doenças” (CÉSAR, 2004, p.52).

Assim, Cuba passou a alcançar gradativamente índices de excelência na área da saúde e foi reconhecida pelo caráter humanista com que dedica a atenção médica à sua população. Além disso, se destacou internacionalmente por seu espírito solidário através da formação de profissionais oriundos de países com menos recursos e pela sua atuação em situações emergenciais em outros países, como catástrofes e epidemias, auxiliando com o envio de profissionais da saúde quando necessário.

Emprego

O emprego também foi um dos eixos centrais do projeto de desenvolvimento socialista e um dos grandes desafios para o movimento revolucionário. A eliminação do desemprego combinada com a diminuição da desigualdade salarial entre os trabalhadores foram o caminho encontrado por Cuba afim de efetivar o pleno emprego na ilha.

César (2004) afirma que “dos mais de seis milhões de habitantes, 12,5% da população economicamente ativa estava desempregada e mais de 33% da força de trabalho estava parcial ou totalmente subempregada” (CÉSAR, 2004, p.53). Com a intenção de garantir o direito ao trabalho para todos os cidadãos, o Estado passou a ser o maior empregador daqueles que buscavam uma ocupação. Serviços em diferentes áreas como saúde,

educação e assistência social ou em organizações cooperativas foram ofertados à população, sendo que os setores que mais absorveram mão-de-obra nos primeiros anos foram o agropecuário, o da construção civil, mineração, indústria e o transporte.

Entre os principais aspectos dessa política vale destacar os seguintes: não estabelecer diferenças salariais por gênero ou territórios; dedicar uma ênfase especial ao incremento da participação feminina no emprego pleno; e, o estabelecimento do compromisso de emprego com os egressos do nível superior e atenção aos que possuíam ensino técnico (GARCIA, 2012, p.266, tradução nossa).

César (2004) e Garcia (2012) salientam que a ênfase das políticas de emprego em beneficiar grupos sociais antes praticamente excluídos do mundo do trabalho foi uma característica marcante desse período. As mulheres e os jovens passaram a receber oportunidades de ingressar no mercado e “[...] se incorporaram como operários qualificados, técnicos ou graduados universitários e também os deficientes através de um programa específico de incorporação em distintas esferas: social, educacional e trabalhista” (CÉSAR, 2004, p.54).

Outro fato importante a se destacar foi a política de seguridade social implementada que garantiu a cobertura plena e total para os trabalhadores e suas famílias, que passaram a contar com a assistência e benefícios de diversas ordens, desde o amparo a doenças, como no aspecto monetário, em termos de complementação de renda. Para Guilarte, Panelas e Padrón (2016), a política de emprego desenvolvida em Cuba reflete o caráter socialista de seu sistema político, o qual desde seu princípio valorizou o bem-estar individual e coletivo dos trabalhadores. O socialismo imprimia assim seu selo no sentido da transformação das formas de relação e inserção da população no mercado de trabalho, em uma economia planificada voltada à equidade de oportunidades e justiça social.

O modelo cubano responde a um contexto no qual se pleiteou como objetivo atender a profunda disparidade que existia na sociedade cubana no início do período revolucionário. O trabalho constituiu um mecanismo para atender aos objetivos gerais tais como satisfazer as necessidades individuais e garantir a participação cidadã nos planos de desenvolvimento do país, além de constituir um mecanismo de equidade social (GUILARTE; PANELAS; PADRÓN, 2016, p.85, tradução nossa).

Sendo assim, podemos destacar o emprego e a política trabalhista em Cuba como um processo voltado não somente a atender às necessidades produtivas, mas principalmente às necessidades sociais. A função social do emprego, desde o seu princípio,

tem a intenção de tornar o cidadão um membro ativo no processo de consolidação de um “[...] espírito de compromisso e defesa de uma nova estrutura de poder político” (GUILARTE; PANELAS; PADRÓN, 2016, p.86). O emprego na economia socialista cubana consolidou-se como um direito do cidadão, afim de que este possa desempenhar uma atividade produtiva que se reflita não só no seu bem-estar individual, mas em melhores condições de vida para toda a população. Buscava-se desenvolver um espírito de solidariedade e participação dos trabalhadores, no sentido de uma transformação estrutural da sociedade, que tem como fundamento a distribuição justa e igualitária da riqueza socialmente produzida.

O “fim” do socialismo e o “período especial” em cuba

Após a revolução, Cuba passou a integrar o bloco de países que buscaram construir uma sociedade fundamentada nos preceitos políticos e econômicos do socialismo, sendo o único país do continente em adotar tal postura ideológica, opondo-se à lógica do capital e ao projeto liberal em curso na América Latina. Por essa razão, ao longo das décadas seguintes veio a sofrer com uma série de bloqueios e restrições dos países contrários a tal projeto, em especial dos Estados Unidos.

O colapso da União Soviética e o desmanche do bloco dos países comunistas no final dos anos 1980 significou um retrocesso no processo de desenvolvimento socialista na ilha. O período seguinte à derrocada do bloco ficou conhecido em Cuba como “período especial”, que corresponde à década de 1990 até o início do século XXI.

Sem dúvida foi durante esse período que surgiram os maiores desafios em termos de governabilidade, desde a ascensão do movimento revolucionário ao poder. A expansão do capitalismo como sistema político dominante e a perda dos vínculos econômicos e comerciais com o regime soviético gerou um cenário de “déficit habitacional e da deterioração do fundo de moradia, insuficiência do transporte coletivo, aumento da desvinculação laboral e do desemprego e produção insuficiente de alimentos” (HERNÁNDEZ MARÍN, 2012, p.4, apud GOIN, 2016, pg. 162).

Durante esses anos o governo cubano desenvolveu uma série de programas e reformas no sentido de amenizar os efeitos cada vez mais devastadores decorrentes dos embargos restritivos. Como algumas das principais medidas implementadas, podemos

citar a abertura ao turismo, a dolarização de parte de setores da economia e uma maior flexibilização em relação ao ingresso de investimentos estrangeiros privados. “Pode-se dizer que esta é uma década em que houve a priorização da recuperação econômica e se comprometeu a universalização e a gratuidade [...]” (CÉSAR, 2004, p.84).

O que desperta a atenção é o fato de que, ao contrário do que se espera diante de tal cenário de crise, os indicadores sociais cubanos não regrediram, pelo contrário, continuaram avançando e estando muitas vezes em níveis similares aos dos países capitalistas, como apontam diversos organismos internacionais como a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), OMC (Organização Mundial do Comércio) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Assim, Cuba implementou uma reforma econômica que buscou adaptar-se ao novo contexto que surgia em seu horizonte, mas sem deixar de dar prioridade aos avanços alcançados pelas políticas sociais nas décadas anteriores. A estratégia adotada foi a de incorporar de maneira gradual medidas macroeconômicas e de política econômica que acompanhassem as diretrizes e determinações do capital financeiro internacional e ao mesmo tempo garantir e reforçar os direitos sociais básicos para os trabalhadores e suas famílias, como a manutenção do emprego e dos salários dos funcionários públicos e a priorização de programas nas áreas da saúde e da educação, com a intenção de reduzir os impactos sociais causados pelas reformas, que modificaram de maneira significativa a vida da grande maioria da população cubana durante esse período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o fato de se tratar de um primeiro olhar sobre a temática proposta, ainda assim espera-se ao final deste trabalho poder contribuir para o avanço do debate sobre a mesma, de modo que se possam fazer alguns apontamentos em relação ao modelo de política social desenvolvido pelo Estado cubano a partir dos primeiros anos da revolução e a consequente formação de um sistema de proteção social que, ao longo das décadas subsequentes, atingiu em grande medida muitos dos objetivos que se propôs, deixando legados que ainda hoje podem ser observados e são reconhecidos por diversos órgãos internacionais, tais como o alto índice de alfabetização da população e um sistema público

de saúde que serve de referencial não só para países latino-americanos como para todo o planeta.

Segundo Lima e Carvalho (2017) o sistema de proteção social cubano somente pôde obter êxito a partir de um modelo de políticas sociais abrangente e diversificado, que buscou sempre a ampliação e a manutenção dos direitos sociais materializados pela revolução, mesmo em períodos em que os embargos econômicos tornavam-se mais austeros e a ideologia neoliberal se fortalecia como sistema político-econômico dominante na América Latina.

Percebe-se aqui a escolha política de não abrir mão dos valores que estavam no cerne da revolução, em uma época em que a pressão liberalizante se intensificou e o suporte soviético havia se esfacelado. A resiliência do sistema de proteção social só pôde ser mantida pela formação prévia de profissionais e estruturas que foram construídas nas décadas anteriores (LIMA; CARVALHO, 2017, p.172).

Desta forma, o modelo de política social em Cuba pode ser visto, como apontam Carraro (2018) e César (2004), como uma estratégia de ação por parte do Estado, que teve por característica o desenvolvimento de programas e serviços sociais que tinham como finalidade “a transformação do homem em sujeito social ativo” (CÉSAR, 2004, p.45) e devem ser compreendidas

[...] a partir da materialidade que as engendra, como produtos socio-históricos, inscritas em processos e relações sociais que envolvem, necessariamente, a disputa entre distintos e antagônicos projetos societários que, apoiados em forças sociais diversas, determinam, em última instância, uma dada direção social para a transformação social [...]” (CARRARO, 2018, p.1)

Assim sendo, podemos definir o papel das políticas sociais nas primeiras décadas do período pós-revolução, e como nos brinda a autora Olga Perez Soto (2011), como fazendo parte de um processo de desenvolvimento socialista de longo prazo e que buscou representar uma oposição à lógica do capital através da implementação de políticas sociais alternativas, que visaram a transformação radical da estrutura social vigente. Ou seja, um modelo de política social firmemente ancorado nos conceitos de justiça social e equidade, como premissas fundamentais para a construção de um novo projeto societário que garantisse a plena realização do sujeito social e assegurando que toda pessoa possuísse o direito à satisfação de suas necessidades básicas, não apenas como consumidor de seus direitos e benefícios, mas como sujeitos ativos do processo de transformação social em curso.

Por fim, vale destacar que a formação de um sistema de proteção social em uma sociedade de caráter socialista, como no caso de Cuba, possui particularidades e difere-se de outros projetos de viés liberal, nos quais impera a lógica do crescimento econômico como fator principal para se determinar os rumos e o direcionamento das políticas sociais. Como nos sugere César (2004), “O ponto de inflexão que marca a diferença está na lógica distinta que orienta a relação entre Estado e sociedade [...]” (CÉSAR, 2004, p.151). Ou seja, as estratégias de ação e implementação das políticas sociais em Cuba, desde o início da revolução, sempre foram orientadas por princípios e valores que são caros à ideologia socialista, como a solidariedade, o protagonismo popular e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e que, por sua vez, se refletem nos critérios de universalidade, gratuidade e integralidade que nortearam as políticas sociais e o sistema de proteção social cubano nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, C. Anícia Garcia; BETSY, Anaya Cruz. **La situación y desarrollo de la economía cubana: la relación entre el desarrollo social y económico. El enfoque cubano** In: Cuba 50 años de desarrollo humano. Cuba, n. 46, p. 17-38, 2009.

CARRARO, Gissele; **Políticas sociais públicas no Brasil e em Cuba**; 6º Encontro Internacional de Política Social; 13º Encontro Nacional de Política Social; Duzentos anos depois: a atualidade de Karl Marx para pensar a crise do capitalismo; Vitória (ES), 4 a 7 de jun. 2018.

CÉSAR, Maria Auxiliadora; **Mulher e política social em Cuba: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista**; Tradução: Therezinha de Jesus Arruda – Brasília: Edições Alva, 2004.

GARCIA, Rita Castiñeiras; **Creando una vida mejor: La dimensión humana de la economía cubana**. Conferência proferida no IV Encontro Nacional de Política Social em Vitória (ES-Brasil), 2009.

GOIN, Mariléia **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba / 2016**-- Tese (Doutorado) – Escola de Humanidades, Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

GUILARTE, Euclides Catá; PANELAS, Aurora Vászquez; PADRÓN, Rebeca Ramos; **Estado y seguridad social em Cuba**; Política social e serviço social: Brasil e Cuba em debate/ José Fernando Siqueira da Silva, Teresa Del Pilar Muñoz Gutiérrez, (orgs). – São Paulo: Veras Editora, 2016.

GUTIÉRREZ, Teresa Del Pilar Muñoz; BARROSO, Lourdes de Urrutia; **Pensar acerca de la reinstitucionalización del trabajo social en Cuba (2011-2015)**; Política social e serviço social:

Brasil e Cuba em debate/ José Fernando Siqueira da Silva, Teresa Del Pilar Muñoz Gutiérrez, (orgs). – São Paulo: Veras Editora, 2016.

LIMA, Letícia Rizzotti; CARVALHO, Marcelo Soares de; **Os Direitos Sociais Cubanos Estão em Risco ?**; Cuba no Século XXI / Fabio Luis Barbosa dos Santos, Joana Salém Vasconcelos, Rita Dessoti, (orgs) – São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MORAES, Josiane. **O processo de formação e institucionalização do Serviço Social como profissão em Cuba. Serv. Soc. Soc**; São Paulo, n. 108, p. 710-732, Dez. 2011. Disponível em :[HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000400008&lng=en&nrm=iso). São Paulo, 108, p. 710-732, Dez.2011. Acesso em : 16 de julho de 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira da; CARMO, Onilda Alves do. **Notas sobre o Trabalho Social cubano. Serv Soc. Soc**; São Paulo, n. 121, p. 143-162, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000100143&lng=en&nrm=iso>. Acesso em : 16 de julho de 2018.

SILVA, Hudson Pacífico da ; VIANA, Ana Luiza d'Avila ; FONSECA, Ana Maria Medeiros da; **Proteção social na América Latina e Caribe: mudanças, contradições e limites**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 14, e00216516, Dez. 2016. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/152/proteo-social-na-amrica-latina-e-caribe-mudanas-contradies-e-limites>. acessos em 02 Set.: 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00216516>.

SOTO, Olga Perez; **La ciência econômica y los procesos de desarrollo: la experiencia cubana**; Revista Argumentum, Vitória (ES), v. 3, n.2, p. 94-112, jul./dez. 2011.